



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

FRANCYNEVES DE MORAIS E SILVA

**INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA
NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA
LITERATURA**

JOÃO PESSOA

2023

FRANCYNEVES DE MORAIS E SILVA

**INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA
EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Pedagogia, do
Centro de Educação, da Universidade Federal
da Paraíba (UFPB), como requisito parcial à
obtenção do título de Licenciada em
Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Magno Alexon Bezerra
Seabra.

JOÃO PESSOA

2023

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586i Silva, Francyneves de Moraes e.

Inclusão de crianças com transtorno do espectro autista na educação infantil: uma revisão integrativa da literatura / Francyneves de Moraes e Silva. - João Pessoa, 2023.

50 f. : il.

Orientação: Magno Alexon Bezerra Seabra.

TCC (Graduação) - UFPB/CE.

1. Transtorno do Espectro Autista. 2. Educação infantil. 3. Revisão integrativa. 4. Literatura. I. Seabra, Magno Alexon Bezerra. II. Título.

UFPB/CE

CDU 37

FRANCYNEVES DE MORAIS E SILVA

**INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA
EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA**

Data da aprovação: 05 de Junho de 2023

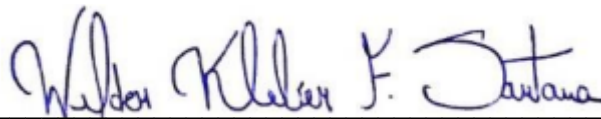
Banca Examinadora:



Documento assinado digitalmente
MAGNO ALEXON BEZERRA SEABRA
Data: 14/06/2023 20:36:19-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. Magno Alexon Bezerra Seabra
(Orientador - UFPB)

Prof^a. Dr^a. Sandra Alves da Silva Santiago
(Examinadora - UFPB)

A handwritten signature in blue ink, reading "Wilder Kléber F. Santana".

Prof. Dr. Wilder Kléber Fernandes de Santana
(Examinador - Membro Externo)

Dedico este trabalho ao meu filho Hércules, por ter me ensinado, em seus 6 anos de vida, a ser uma pessoa melhor, a compreender que um laudo de autismo não define nenhum ser humano e que é preciso lutar por uma educação inclusiva em todos os espaços.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me abençoar e renovar minhas forças todos os dias e que não me permitiu desviar dos caminhos que foram traçados até aqui.

A minha mãe Francinete Gláucia, por ter me ensinado a perseverar, me dedicar e a correr atrás dos meus sonhos e de minha independência financeira, por me mostrar que com esforço e vontade podemos mudar toda nossa história, com novos começos e novas oportunidades. E por ter me ajudado a chegar até aqui com gestos, atitudes e parcerias.

Ao meu pai César de Moraes e Silva (In Memoriam) por todo amor que me deu nos anos em que estivemos juntos, foram poucos, mas ficaram guardados na memória.

Ao meu companheiro Lindemberg Fonseca, que foi meu porto seguro, me auxiliou em momentos de estresses, ausências e correrias e que me aconselhou a buscar meus objetivos, por ser mais que um amigo, companheiro, parceiro e cúmplice, por cuidar de nossos filhos todas as vezes que não pude estar com eles e por cuidar de mim e incentivar a seguir sempre em frente.

Aos meus filhos, agradeço por serem os meus bens mais preciosos, filhos queridos, pessoas do bem, cheios de amor no coração. Grata pela paciência e por acreditarem em meu potencial.

Não poderia deixar de agradecer às amigas que construí na academia, por fazerem parte de meu dia a dia, por incentivar a continuar a não esmorecer nem desistir dos desafios tortuosos no meio do caminho, também por todas as interações vivenciadas, as boas energias compartilhadas e por se fazerem presentes nos dias bons e ruins.

Ao corpo docente do Centro de Educação, que foram amigos, acolhedores, incentivadores de uma formação reflexiva e transformadora. Muitos fizeram enorme diferença em minha composição como profissional e como pessoa. Agradeço em específico a professora Sandra Santiago, que através de sua prática docente, apresentou o universo da educação inclusiva pela qual me encantei como aluna e depois monitora, e me tocou com sua afetividade.

Por fim, agradeço imensamente ao Professor e Orientador Magno Alexon, por todos os ensinamentos trazidos nas disciplinas, por ser um professor que acolhe os alunos, por todo o amparo e toda disposição na consolidação deste trabalho.

“Uma pedagogia de atenção e cuidado, coloca os estudantes em um lugar de ensinante e aprendente concomitantemente, onde todos têm o que ensinar e aprender. Isso possibilita a desconstrução do mito do independente, que vê o sujeito que necessita de cuidado como algo negativo, pois derruba a ideia de inferioridade e superioridade de conhecimentos, todo conhecimento é válido à medida que responde às necessidades do processo educativo e humano de cada um.” (EVA FEDER KITTAY).

RESUMO

Incluir a criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na educação infantil permeia desde seu acesso à escola, a sua permanência, participação e aprendizagem e também com diversos outros fatores. O presente trabalho teve como objeto de investigação a inclusão de crianças com TEA na educação infantil e como objetivo geral realizar um estudo teórico sobre a inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista na educação infantil com base na literatura vigente. O trabalho está dividido em procedimento metodológico, análise e discussão dos dados coletados no qual seguimos com os objetivos específicos divididos em cinco subtópicos e a análise dos resultados. A metodologia utilizada para composição do trabalho foi a pesquisa bibliográfica, efetivado pela revisão integrativa da literatura através da combinação de dados empíricos e teóricos, advindo das bases de dados SciELO, revista Zero à Seis, Revista Científica Multidisciplinar e Revista Ibero-Americana de Humanidade, Ciências e Educação. Como resultado compreendemos que para o processo inclusivo acontecer faz necessário a escola manter um padrão democrático, através da formulação de práticas inclusivas em seu Projeto Político Pedagógico (PPP), que o Atendimento Educacional Especializado (AEE), junto com o profissional de apoio, a equipe multidisciplinar e a família da criança unidas para efetivação de um trabalho colaborativo na perspectiva da inclusão, além disso é necessário ter professores capacitados, com formação continuada que auxiliem efetivamente para o trabalho inclusivo dentro de sala de aula, também apresentamos a desconstrução do capacitismo estrutural e a afetividade como ferramenta para inclusão e desenvolvimento da criança com TEA.

Palavras-Chave: Transtorno do Espectro Autista; Educação infantil; Inclusão.

ABSTRACT

Including children with Autistic Spectrum Disorder (ASD) in early childhood education permeates from their access to school, their permanence, participation and learning, and also with several other factors. The present work had as object of investigation the inclusion of children with autism in kindergarten and as general objective to carry out a theoretical study on the inclusion of children with Autism Spectrum Disorder in kindergarten based on the current literature. The work is divided into a methodological procedure, analysis and discussion of the collected data in which we continue with the specific objectives divided into five subtopics and the analysis of the results. The methodology used for the composition of the work was the bibliographical research, carried out by the integrative review of the literature through the combination of empirical and theoretical data, coming from the SciELO databases, Zero à Seis magazine, Multidisciplinary Scientific Magazine and Ibero-American Magazine of Humanity, Science and Education. As a result, we understand that for the inclusive process to happen, it is necessary for the school to maintain a democratic standard, through the formulation of inclusive practices in its Pedagogical Political Project (PPP), which the Specialized Educational Service (SES), together with the support professional, multidisciplinary team and the child's family together to carry out a collaborative work from the perspective of inclusion, in addition, it is necessary to have trained teachers, with continuing education who effectively help for inclusive work within the classroom, we also present the deconstruction of structural capacitance and affectivity as a tool for inclusion and development of children with ASD.

Keywords: Autism Spectrum Disorder; Child education; Inclusion.

LISTA DE TABELAS E QUADROS

TABELA I - Características comportamentais da pessoa com TEA	27
TABELA II - Possibilidade de intervenções ou estratégias para inclusão	36
TABELA III - Dificuldades que os professores afirmam não favorecer a inclusão	38
QUADRO I - Quantidade de artigos; revistas e descritores	17
QUADRO II - Artigos selecionados para Revisão Integrativa (Pesquisa empírica)	19
QUADRO III - Artigos selecionados para Revisão Integrativa (Pesquisa empírica)	21
QUADRO IV - Artigos selecionados para Revisão Integrativa (Pesquisa Teórica).....	22
QUADRO V - Artigos selecionados para Revisão Integrativa (Pesquisa Teórica)	24
QUADRO VI - Trajetória da inclusão de pessoas com deficiência	31
QUADRO VII - Desafios abordados pelos professores	39

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
CMEI	Centro Municipal de Educação Infantil
DUA	Desenho Universal para a Aprendizagem
EI	Educação Infantil
LBI	Lei Brasileira de Inclusão
NEE	Necessidade Educacional Específica
PA	Profissional de Apoio
PBE	Prática Baseada em Evidência
PCD	Pessoa com deficiência
PDI	Plano de Desenvolvimento Individual
PEI	Plano Educacional Individual
PPP	Projeto Político Pedagógico
REASE	Revista Ibero-Americana de Humanidade, Ciências e Educação
RECIMA	Revista Científica Multidisciplinar
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TEA	Transtorno do Espectro Autista

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	14
2.1	Tipo de Pesquisa	14
2.2	Identificação do tema e seleção da questão de pesquisa	15
2.2.1	Busca na literatura	16
2.3	Estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão	18
2.4	Identificação dos estudos pré-selecionados e selecionados	19
2.5	Coleta de dados dos artigos selecionados	19
3	DISCUSSÃO DOS DADOS COLETADOS	25
4	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	27
4.1	Apresentando o Transtorno do espectro autista (TEA)	27
4.2	Educação Infantil como etapa primordial para desenvolvimento da criança com TEA	30
4.3	Leis que favorecem a inclusão	31
4.4	Lista de práticas pedagógicas utilizadas pelos profissionais da educação e das principais dificuldades relatadas pelos docentes	34
4.5	Incentivos para Formação Continuada	40
5	ANÁLISE DOS RESULTADOS	42
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
	REFERÊNCIAS	48

1 INTRODUÇÃO

A escolha da temática do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), foi fruto de inquietações ocorridas nas observações realizadas no CMEI (Centro Municipal de Educação Infantil) e nas escolas de ensino fundamental do município de João Pessoa, precisamente no bairro do Valentina de Figueiredo, pelo qual foi realizado várias observações/participações, através dos estágios obrigatórios dispostos no currículo do curso de Pedagogia da UFPB. Nas observações, houve a percepção do despreparo da maioria das equipes escolares no tratamento da criança com autismo, também as diferenças ao lidar com a criança com e sem laudo, e a questão da falta de amparo dessas escolas para com a professora¹ da sala regular que normalmente não recebe formação continuada voltada para inclusão/TEA nem apoio para realizar seu trabalho. Na maioria das vezes as professoras e a escola não sabem como agir, e assim a criança tem apenas o acesso à escola, mas o seu direito de permanência, participação e aprendizagem dentro (e fora) da sala de aula lhe é negado. Além da questão acadêmica/profissional, a temática da inclusão de crianças com TEA na educação infantil está permeada em uma trajetória pessoal, por ser mãe de uma criança de 6 anos, aluno da educação infantil e diagnosticado com TEA.

O intuito da pesquisa foi realizar um estudo teórico sobre inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista na educação infantil com base na literatura vigente. Para então compreender quais as estratégias e práticas que as escolas públicas da educação infantil e/ou CMEIs, alvo das pesquisas dos artigos escolhidos, estão implementando práticas que contribuam para a inclusão da criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA), visto que essa é uma etapa importante e primordial para o desenvolvimento da criança. Para tanto o trabalho foi dividido em etapas, inicialmente foi abordado o procedimento metodológico da pesquisa, depois feito a análise e discussão dos dados coletados e por fim a análise dos resultados.

O procedimento metodológico escolhido para a fundamentação da pesquisa foi a revisão bibliográfica, que teve como método a revisão integrativa da literatura, que é uma forma de trazer a síntese e análise do conhecimento científico já produzido, sobre a inclusão de crianças com TEA na educação infantil através de dados baseados em evidências. Os critérios para realização de uma revisão integrativa de acordo com Botelho; Cunha; Macedo (2011) é fazer um passo a passo dividido em seis etapas, que inicia com a identificação do

¹ Foi escolhido o gênero feminino para este trabalho, por serem o público majoritário encontrado nos estágios e nas pesquisas dos autores escolhidos.

tema e seleção da questão de pesquisa, passando pelo estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão dos artigos, a identificação dos artigos pré-selecionados, depois a categorização dos estudos até a análise e interpretação dos resultados e a apresentação da revisão.

As seis etapas foram seguidas no corpo do trabalho, levando em consideração a realização de cada passo a passo. Para tanto foi utilizado uma combinação de artigos com dados empíricos e teóricos, advindo das bases de dados SciELO, revista Zero à Seis, Revista Científica Multidisciplinar e Revista Ibero-Americana de Humanidade, Ciências e Educação.

Ao início do levantamento de dados, foram captados 186 artigos que passaram por afunilamento de filtragem, realizado por critérios de inclusão e exclusão, ao final da seleção 13 artigos foram escolhidos para apresentação do estudo. Para análise dos dados coletados foi utilizado como base para a fundamentação teórica a apresentação dos objetivos específicos propostos no trabalho: Apresentar o Transtorno do Espectro Autista, discutir sobre a Educação Infantil como etapa primordial para o desenvolvimento da criança com TEA, identificar as leis que favorecem a educação inclusiva, listar práticas pedagógicas utilizadas na perspectiva da educação inclusiva e também listar as dificuldades relatadas pelos professores da educação infantil e por último identificar o incentivo para participação docente em cursos de formação continuada.

A pesquisa demonstrou lacunas devido a trajetória lenta de uma implementação de práticas voltadas à educação inclusiva em todo território Nacional. Sabe-se que existem muitos locais que atuam com abordagem inclusiva no Brasil, no entanto estas atuações são pontuais e é necessário que haja mais pesquisas e estudos que aprofundem e divulguem essas práticas. É necessário que ocorra um “amadurecimento”, uma efetivação das políticas públicas dentro das escolas (CMEIs) de Educação Infantil no que tange a perspectiva inclusiva. O estudo conseguiu coletar dados que podem contribuir para a divulgação de ações conjuntas realizadas dentro das escolas, citadas pelos autores das literaturas escolhidas, para o favorecimento da educação inclusiva.

2 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

2.1 Tipo de Pesquisa

Para construção deste trabalho, optou-se pela pesquisa bibliográfica, fundamentada na revisão da literatura, de acordo com Casarin et al. (2020) as revisões de literatura são estudos que visam fazer uma síntese da literatura ou identificar o estado da arte sobre determinado assunto, além de conhecer quais as lacunas sobre o tema escolhido. A revisão de literatura é didaticamente dividida em revisão sistematizada (integrativa, sistemática) e narrativa.

Para esta linha de pesquisa, foi utilizada a revisão integrativa da literatura, esse termo ‘integrativa’ tem origem na “integração de opiniões, conceitos ou ideias provenientes das pesquisas utilizadas no método”, Botelho; Cunha; Macedo (2011, p.127). A revisão integrativa é utilizada como método para realização da revisão bibliográfica, possibilitando a síntese e análise do conhecimento científico já produzido sobre o tema investigado (BOTELHO; CUNHA; MACEDO, 2011). O presente trabalho possui em sua abordagem a combinação dos dados empíricos e teóricos expressos por meio de um estudo descritivo.

A revisão integrativa possui a prática baseada em evidências (PBE), que é caracterizada por uma abordagem voltada tanto ao cuidado quanto ao ensino, fundamentado no conhecimento e na qualidade da evidência. Envolve, pois, a definição do problema, a identificação das informações necessárias, à condução da busca de estudos na literatura e sua avaliação crítica, além da identificação da aplicabilidade dos dados oriundos das publicações e a determinação de sua utilização para o público-alvo da pesquisa (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010, p.102).

Para Botelho; Cunha; Macedo (2011), o processo metodológico para construção da Revisão Integrativa está dividido em 6 etapas:

- 1) *Identificação do tema e seleção da questão de pesquisa,*
- 2) *Estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão,*
- 3) *Identificação dos estudos pré-selecionados e selecionados,*
- 4) *Categorização dos estudos selecionados,*
- 5) *Análise e interpretação dos resultados,*
- 6) *Apresentação da revisão/ síntese do conhecimento.*

Foram realizadas as instruções de cada etapa descritas acima, na construção dos tópicos seguintes do texto.

2.2 Identificação do tema e seleção da questão de pesquisa

“A primeira etapa da construção serve como norte para produção de uma revisão integrativa, essa construção deve subsidiar um raciocínio teórico e incluir definições aprendidas de antemão pelos pesquisadores”, Botelho; Cunha; Macedo (2011). A identificação do tema esteve voltado para inclusão das crianças com TEA na Educação Infantil², essa escolha se justifica pela compreensão de que as práticas pedagógicas precisam ser direcionadas a todos os sujeitos e não a um grupo específico, através da percepção de que cada criança é um ser único e com especificidades em sua forma de aprendizagem. Compreende-se que a escola/CMEI é composta por crianças que fazem parte da construção do processo de ensino/aprendizagem dos sujeitos ali matriculados. Logo, é necessário buscar meios e estratégias que favoreçam a inclusão efetivamente, não apenas da criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil, foco da pesquisa, mas também a inclusão de todas as crianças das etapas da educação, seja ela pessoa com deficiência (PCD) ou não.

O desejo em compreender e analisar as estratégias e as práticas docentes utilizadas pelas escolas/CMEIs voltadas para perspectivas da inclusão, surgiram através de inquietações, advindas das experiências vivenciadas no campo do estágio obrigatório do curso de Pedagogia que ocorreram em um CMEI e 2 escolas de ensino fundamental do bairro Valentina de Figueiredo, em João Pessoa-PB. Ficou nítido, nessas experiências, o despreparo da grande maioria das equipes profissionais das comunidades escolares, principalmente ao tratamento de crianças com autismo. Nessas observações houve a percepção das diferenças no tratamento de crianças com laudo e de criança sem laudo (com características neurodivergentes)³. Ficou entendível que as professoras da sala regular não receberam apoio da instituição e não possuíam formação continuada que favorecesse a inclusão das crianças com TEA e demais deficiências. Aparentou que esses sujeitos atípicos são invisibilizados e/ou rotulados como “situação problema” para comunidade escolar. Assim, as crianças são recebidas nas escolas,

² A referência da Educação Infantil no presente trabalho está atrelada às escolas e/ou CMEIs da rede pública de ensino.

³ Designa pessoas que apresentam alterações no funcionamento cognitivo, comportamental, neurológico e neuro anatômico. Ex: Pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), Síndrome de Tourette, Depressão, Dislexia, Esquizofrenia, entre outros.

mas tem seus direitos em permanecer, participar e aprender na comunidade escolar e na sala de aula negados.

Além do que já foi exposto, as motivações para estudar a temática da inclusão, extrapolaram o aspecto acadêmico, permeando a esfera pessoal, como mãe de uma criança de 6 anos, diagnosticada com transtorno do espectro autista (clássico) aos 3 anos. Essas experiências transitam por caminhos tortuosos no que tange a falta de inclusão na Educação Infantil. As experiências foram pautadas no âmbito de uma trajetória anterior e posterior ao laudo, permeado desde a visibilidade do capacitismo estrutural à falta de empatia de alguns profissionais da educação, que tem a ideia pré concebida de que fazer inclusão é receber a criança na rede regular de ensino. Através dessas experiências pessoais, ficou evidente o quanto é relevante explorar a temática, já que práticas excludentes podem atrasar e até regredir o processo de desenvolvimento da criança com TEA seja no contexto escolar como na vida familiar.

Para construção da revisão integrativa da literatura, Botelho; Cunha; Macedo (2011) “sugere que na primeira etapa da construção, seja definida a pergunta de pesquisa e os descritores e/ou palavras-chave”. Para isso, havia a compreensão de que a Educação Infantil é uma etapa primordial na educação da criança com TEA e que possui direitos à aprendizagem e desenvolvimento, através de ações que estimulem as interações entre seus pares, o brincar e experimentar. Logo, a questão norteadora da pesquisa foi: **Como as escolas/CMEIs de Educação Infantil podem promover a inclusão, aprendizagem e desenvolvimento de crianças com TEA?** Para encontrar respostas para esse questionamento, foi realizada a busca em revistas e base de dados, utilizando os seguintes descritores ou palavras-chave: “Autismo”, “Inclusão”, “Transtorno do espectro autista”, “Educação infantil and Autismo” e “Autismo and Inclusão”, “Educação infantil and inclusão” e “Transtorno do Espectro Autista and Inclusão”. Como foi melhor exposto no Quadro I no tópico abaixo.

2.2.1 Busca na literatura

Para busca dos artigos científicos foi utilizado uma busca em 4 tipos de base de dados/revistas que serviram de base para construção dessa pesquisa:

1. Na base de dados Scientific Eletronic Library Online (SciELO), que é uma biblioteca virtual de revistas científicas que possui uma base de dados de referências para artigos publicados em mais de 1.000 periódicos de acesso aberto publicados em doze países.

2. Na base da revista zero-à-seis que se propõe a publicar artigos voltados à divulgação das atividades de estudo e pesquisa na educação infantil.
3. Na base de dados da Revista Científica Multidisciplinar (Recima21), revista que atua desde maio de 2021 divulgando conhecimento científico e tecnológico em diversas áreas, inclusive na educação.
4. Por último utilizamos também a base de dados da Revista Ibero-americana de Humanidades, Ciências e Educação (REASE), revista que se destina a publicações multidisciplinares nas áreas das humanidades, ciências e educação, publicadas em inglês, espanhol e português.

Para organização dos dados encontrados em todas as revistas, foram criadas planilhas com as seguintes especificações: Nome da revista, Título do artigo, Autores, Ano de publicação, Link e por último quais os descritores ou as palavras-chave utilizados. Esses dados catalogados, teve como resultado inicial o quantitativo de 183 artigos, divididos pelas 4 bases de dados escolhidas e demonstrado no Quadro I abaixo:

QUADRO I - Quantidade de artigos, revista e descritores		
Revistas/Bases de dados	Descritores/ Palavras-chave	Resultados N^{os} Artigos
Zero a Seis	“Autismo”, “Inclusão” e “Transtorno do espectro autista”	38
SciELO	“Educação infantil and Autismo” e “Autismo and Inclusão”	53
Recima21	“Educação infantil and inclusão”, “Autismo and educação infantil” e “Transtorno do Espectro Autista and Inclusão”	29
Rease	“Educação infantil and inclusão”, “Autismo and educação infantil” e “Transtorno do Espectro Autista and Inclusão”	63
Total		183

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

2.3 Estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão

Na segunda etapa da elaboração da revisão integrativa, as autoras Souza; Silva; Carvalho (2010) explicam que está totalmente ligada à etapa anterior e que as amostragens precisam garantir a representatividade da amostra, sendo importante indicadores da confiabilidade e da fidedignidade dos resultados. “O ideal é incluir todos os estudos encontrados [...] deve-se expor e discutir claramente os critérios de inclusão e exclusão de artigos. [...] em concordância com a pergunta norteadora, considerando os participantes, a intervenção e os resultados de interesse” (SOUZA; SILVA; CARVALHO; 2010, p.104).

Na primeira etapa da elaboração do método da revisão integrativa, a amostragem encontrada na busca das cinco revistas mencionadas no quadro I, foi o quantitativo de 183 artigos. Como base para os critérios de exclusão e inclusão foi escolhida as seguintes opções:

1. **Critérios de Inclusão:** Artigos publicados nos últimos 5 anos (2018-2022), voltados para ciências humanas mais especificamente para área da educação, com olhar para: educação inclusiva e/ou educação infantil e/ou educação especial e/ou voltado para o público das crianças com TEA; ser escrito em português.
2. **Critérios de exclusão:** Artigos que não atendem ao requisito citado no critério de inclusão: Artigo anterior ao ano de 2018, que não estava voltado para área da educação infantil, inclusiva, Educação Especial e público com TEA, não ser escrito em português.

Inicialmente 128 artigos foram excluídos com base na leitura do título dos textos e ano de publicação, por se tratar de inclusão social de grupos minoritários (população de refugiados, questões de gênero, outras deficiências, etc.), também foram excluídos artigos publicados anteriormente ao ano de 2018, os artigos que não tratavam da Educação Infantil também foram excluídos. Com isso a amostragem passou a ser de 55 artigos.

Com a leitura dos resumos dos textos, percebeu-se que existiam artigos que abordaram a temática voltada para período pandêmico, outros estavam voltados para estudos clínicos e não na área da educação, outras voltadas para centros de reabilitação e não na escola/CMEI, entre outras abordagens que não correspondiam aos critérios de inclusão/exclusão expostos acima. Foram excluídos 38 artigos, restando 17 artigos para serem analisados e filtrados.

2.4 Identificação dos estudos pré-selecionados e selecionados

Nesta etapa da revisão integrativa, é feita a identificação dos artigos da etapa anterior na busca dos pré-selecionados e selecionados para análise dos textos. Botelho; Cunha; Macedo (2011), afirma que para identificação dos estudos selecionados, é necessário uma leitura criteriosa dos resumos e palavras-chave de todas as publicações e verificar a adequação aos critérios de inclusão do estudo.

Para identificação dos estudos pré-selecionados e selecionados foi realizada a leitura na íntegra dos 17 artigos que sobraram da etapa anterior, observando os critérios de inclusão ou exclusão. Dessa forma, foi feita a exclusão de 4 artigos por trazer visões da psicopedagogia e da psicologia aprofundando em quesitos clínicos e não educacionais e um texto que era voltado a uma questão de crença pessoal de uma professora e por essa razão foi excluído. Na lista de selecionados, restaram o quantitativo de 13 artigos, que foram analisados para construção dos resultados da presente pesquisa.

2.5 Coleta de dados dos artigos selecionados

Nessa etapa, para Souza; Silva; Carvalho (2010), “é feita a coleta de dados dos artigos selecionados, utilizando instrumento previamente elaborado para assegurar que a totalidade dos dados sejam extraídos minimizando o risco de erros na transcrição, garantindo precisão na checagem das informações e servir como registro”. O instrumento que foi elaborado para extração de dados dos textos selecionados foi a construção de quadros com as seguintes categorias representadas nos quadros abaixo:

QUADRO II - Artigos selecionados para Revisão Integrativa (Pesquisas empíricas)		
Título do artigo, autores, ano e periódico.	Metodologia utilizada e sujeitos da pesquisa	Principais resultados
01. Práticas e articulações pedagógicas na Educação Infantil: Contribuições ao processo de desenvolvimento de uma criança com autismo. Autores: MARCHIORI e FRANÇA. 2018(Zero-à-Seis)	Estudo etnográfico e pesquisa participante, feitas no acompanhamento de práticas pedagógicas em um CMEI do município de Vitória, feita com a turma de crianças entre 04 e 05 anos. Sujeitos: Uma criança diagnosticada com autismo.	Os aprendizados destacados na formação da criança, sujeito da pesquisa, foram o desenvolvimento da linguagem oral, capacitando o sujeito a interagir com os demais e se apropriar de signos e produzir novos significados. A apropriação da leitura e da escrita, das capacidades de interação social, de expressão artística e estética e autonomia nas escolhas necessárias no cotidiano da instituição.

02. As experiências nos espaços-tempo da escola sob o olhar de uma criança com Transtorno do Espectro do Autismo. Autores: FRANCÊS e MESQUITA. 2021 (SciELO)	Pesquisa etnográfica, com observação participante, em uma escola pública, observada 3 vezes na semana durante 3 horas. De setembro a dezembro de 2018, tempo em que o aluno permaneceu na escola. Sujeito: uma criança com TEA, com seis anos de idade, aluno da educação infantil.	Reafirmam a necessidade de ampliar estudos que busquem desvelar a voz da criança com deficiência e suas diversificadas formas de expressão, acerca das experiências vividas nos espaços-tempos da escola, aceitando-a como sujeito que traz singularidades, por vezes, não exclusivas a sua deficiência, mas com peculiaridades próprias da infância e que envolvem temporalidades únicas, não possíveis de serem rotuladas e programadas em espaços-tempo escolares tão rígidos.
03. Vivências Escolares e Transtorno do Espectro Autista: o que Dizem as Crianças? Autores: AGRIPINO-RAMOS, LEMOS e SALOMÃO. 2019 (SciELO)	Aplicação de entrevistas semiestruturadas com as crianças com desenvolvimento típico, transcritas e analisadas a partir da técnica de análise de conteúdo. Sujeitos: 42 crianças com desenvolvimento típico, na faixa etária de 4-5 anos	Aponta a influência dos educadores nas ideias das crianças (típicas) em relação aos colegas com TEA. Algumas crianças utilizaram termos como “especial” e “bebê” para se referir às crianças com TEA. Assumindo, por vezes, um sentido negativo, ao ser atribuída a noção de enfermidade e infantilização, podendo aquela denominação estar vinculada aos discursos proferidos nos espaços pelas educadoras. As crianças percebem a incoerência e as expressam em suas falas por meio de questionamentos.
04. Desafios no processo de escolarização de crianças com Autismo no contexto inclusivo: Diretrizes para formação continuada na perspectiva dos professores. Autores: CAMARGO et al. 2020. (SciELO)	Foi feito entrevistas através de roteiro semi estruturado, com dez questões norteadoras. Para análise dos dados, usou a metodologia qualitativa de análise de conteúdo. Sujeitos: 19 professores da rede pública com idades entre 40 e 60 anos.	Apontam para a necessidade de fornecer atividades de formação continuada que sejam menos gerais e mais focadas nas necessidades dos professores, sobretudo quanto aos aspectos comportamentais (como lidar) e pedagógicos (como ensinar e avaliar), para então criar condições favoráveis à aprendizagem e ao desenvolvimento dos alunos com TEA no ambiente inclusivo.

Fonte: Elaborado pela autora, 2023

Os autores trouxeram como objetivos dos respectivos artigos acima expostos:

- No artigo 1 de Marchiori e França (2018) o objetivo do trabalho foi traçar o panorama de trabalho pedagógico auxiliando no processo de desenvolvimento de uma criança com autismo, atendida na educação infantil. No artigo 2 de Francês e Mesquita (2021) o objetivo do trabalho foi discutir a escola a partir do olhar da criança acerca das suas experiências no espaço-tempo da escola.
- No texto 3 de Agripino-Ramos, Lemos e Salomão (2019) o objetivo do artigo foi investigar as ideias de crianças com desenvolvimento típico sobre suas vivências escolares em contextos da inclusão de seus pares com TEA. No texto 4 de Leonel et al. (2020) o objetivo do texto foi investigar algumas dificuldades, desafios e as barreiras diárias enfrentadas por professores de alunos com TEA em situação de inclusão na escola comum.

No quadro III foi apresentado artigos com as metodologias de pesquisas empíricas:

QUADRO III - Artigos selecionados para Revisão Integrativa (Pesquisas empíricas)		
Título do artigo, autores, ano e periódico.	Metodologia utilizada e sujeitos da pesquisa	Principais resultados
05. Olhares Docentes: Um estudo sobre a inclusão das crianças com Necessidades Educacionais Específicas⁴ (NEE) no contexto escolar. Autora: REZENDE 2022 (REASE)	pesquisa de campo, de natureza quali-quantitativa. Na coleta de dados se utilizou questionários semiestruturados e análise documental. O tratamento dos dados ocorreu através da análise de conteúdo. Sujeitos: 25 professoras que atendem na educação infantil da referida rede de ensino, com idades entre 20 a 49 anos.	O processo inclusivo acontece por meio de instituições favoráveis à inclusão, como os diretores, coordenadores, colaboradores e docentes abertos a esta questão e cientes da importância de crianças com NEE no ensino regular. A atuação do trabalho colaborativo é marcado pelo sentimento de pertencimento, no trabalho do professor da sala regular através do planejar que promove a interação e considera o que é particular a cada criança, mesmo sem condições favoráveis a tal fim.
06. A importância do AEE no desenvolvimento pedagógico de crianças com Transtorno do Espectro Autismo. Autores: SANTOS et al. 2021 (REASE)	Abordagem qualitativa, através de pesquisa de campo por meio de observação em uma escola municipal de Recife, com turmas da Educação Infantil e Fundamental.	Notar a importância do AEE no desenvolvimento da criança com TEA, o avanço da criança depende do impacto que a educação causa no molde social em que estão inseridas. Quebrando os preceitos impostos pela sociedade e contrastando com as medidas idealizadas para crianças com autismo e as dificuldades enfrentadas desde cedo por causa de suas características naturais ao transtorno.
07. Um olhar sobre a prática do profissional de apoio à alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) da rede Municipal de ensino em Altamira - Pará. Autores: LEONEL, et al. 2022 (REASE).	Como base na abordagem qualitativa, efetivada por pesquisa exploratória, através da observação em campo e questionários aplicados aos profissionais de apoio da rede Municipal de ensino de Altamira/ PA. Sujeitos: Profissionais de apoio (P.A.), sendo dois de cada escola escolhida no percurso da pesquisa	No acesso à educação para “todos”, é necessário o comprometimento de todos os participantes da vida escolar da criança com autismo. É preciso ter atenção às necessidades de cada aluno, focando em suas potencialidades para que esse aluno seja incluído e efetive seu processo de ensino-aprendizagem. A educação da criança com TEA é algo que inclui habilidades sociais, visuais, comportamentais e de rotina. As estratégias são fundamentais para o crescimento cognitivo e social, elevando o bem estar psicológico da criança e de sua família.

Fonte: Elaborado pela autora, 2023

⁴O termo “específicas” no lugar de “especiais”, foi utilizada pela autora (REZENDE, 2022) e absorvido por esse trabalho por perceber, o quanto o termo “especiais” traz uma carga significativa de discriminação/preconceito, relacionada diretamente aos estigmas, limitações, etc. As PCDs deixam de ser vistas na sua integralidade e passam a ser reconhecidas, apenas, por suas diferenças.

Os objetivos dos artigos acima expostos foram:

→ No artigo 5 de Resende (2022) o objetivo do texto foi evidenciar aspectos da atuação da inclusão na Educação Infantil do Município de Trindade-Go, sob a ótica do professor, também identificar se o sistema educacional incentiva a participação docente em cursos de formação continuada.

→ No texto 6 de Santos et al. (2021) o objetivo do artigo foi tratar as singularidades que o suporte educacional, acompanhado de uma equipe estruturada e multidisciplinar favorece na educação da criança com autismo. Além de delinear a historicidade do autismo, listando a necessidade do Atendimento Educacional Especializado (AEE), como também enfatizar a dimensão de técnicas do AEE e apontar a relevância que a escola inclusiva produz na formação educacional e social da criança com TEA. No artigo 7 de Leonel et al. (2022) o objetivo do texto foi caracterizar a prática do Profissional de apoio (P.A) na inclusão de alunos com TEA inseridas no município de Altamira no Estado do Pará.

No quadro IV foi apresentado outros artigos escolhidos para revisão integrativa com a metodologia voltada para pesquisa teórica:

QUADRO IV - Artigos selecionados para Revisão Integrativa (Pesquisas teóricas)		
Título do artigo, autores, ano e periódico.	Metodologia utilizada e sujeitos da pesquisa	Principais resultados
08. A Inclusão de crianças com Autismo na Educação Infantil. Autoras: SILVA e LEITE 2022 (Recima21)	Pesquisa de revisão bibliográfica narrativa, qualitativa, exploratória e documental.	Existem muitos empecilhos tanto da escola quanto do professor para incluir, que acaba refletindo sobre o aluno. Para Educação Infantil é importante que os professores favoreçam as crianças uma aprendizagem prazerosa, sem impedir ou forçar a leitura e escrita, respeitando seu ritmo próprio e suas potencialidades, sempre ofertando condições cognitivas e afetivas para que possam construir novos conhecimentos. Para inclusão de qualidade a escola deve estar aberta ao diálogo, buscando estratégias de ensino que facilitem a aprendizagem do aluno e o modo de ensinar.
09. Inclusão escolar de alunos com autismo na Educação Infantil. Autora: SUASSUNA. 2021 (REAZE)	pesquisa bibliográfica através de base de dados, buscas em livros, revistas e artigos sobre o tema inclusão escolar.	A inclusão escolar no Brasil ainda busca seu lugar na escola. A criação de leis e a inclusão de alunos com NEE é um desafio para escola e para os educadores que não tem preparo. Principalmente com a complexidade de sintomas das crianças com TEA, por não existir padrões de tratamento e intervenções para inclusão escolar e as

		metodologias precisam ser adaptadas a cada caso. O educador precisa desenvolver uma atitude investigativa na busca de novas aprendizagens para atingir o objetivo da inclusão.
10. TEA na Educação Infantil: Inclusão e afetividade na prática docente. Autora: UBUGATA. 2022, (REAZE)	Revisão bibliográfica. A fundamentação teórica foi baseada em Leis, Decretos, livros e produções acadêmicas (artigos científicos).	A inclusão em breve será uma realidade, o autismo vem sendo estudado por especialistas e muitos materiais científicos vão se tornando acessíveis a todos. A formação continuada é fundamental para a prática docente na E.I. Além disso, a afetividade é uma ferramenta poderosa, que traz benefícios para o desenvolvimento humano desde a infância até a fase adulta, pois está diretamente ligada ao desenvolvimento motor e cognitivo, e no caso de crianças com TEA, auxilia também no desenvolvimento social.

Fonte: Elaborado pela autora, 2023

Os autores trouxeram como objetivos dos respectivos artigos acima expostos:

→ No artigo 8 de Silva e Leite (2022) o objetivo do texto foi conhecer a importância da inclusão de crianças com TEA ainda na Educação Infantil, mostrando os empecilhos encontrados pelos docentes e pela escola durante o processo de inclusão dentro da sala de aula, considerando seus conhecimentos e seus ajustes curriculares. No texto 9 de Suassuna (2021) a autora tem como objetivo investigar e conhecer o TEA, formar conhecimentos para futuros educadores e cidadãos, mais especificamente na inclusão da criança autista na Educação Infantil.

→ No artigo 10 a autora Ubugata (2022) teve como objetivo, entender como o conceito de afetividade praticado no cotidiano auxiliam na prática docente e no processo de inclusão de crianças com TEA na Educação Infantil.

No quadro V foi apresentado outros artigos escolhidos para revisão integrativa com a metodologia voltada para pesquisa teórica.

QUADRO V - Artigos selecionados para Revisão Integrativa (Pesquisas teóricas)		
Título do artigo, autores, ano e periódico.	Metodologia utilizada e sujeitos da pesquisa	Principais resultados
11. O Projeto Político Pedagógico (PPP) e o processo de inclusão na Educação Infantil: Uma revisão integrativa.	Revisão integrativa a partir de artigos científicos. Estudo descritivo com abordagem qualitativa.	Mostrar a importância do PPP e sua contribuição, no sentido de ajudar a conquistar e consolidar a autonomia da escola, bem como, inserir no currículo práticas que contemplem as singularidades

Autores: SANTOS, et al. 2022 (REAZE)		e especificidades das crianças, envolvendo a comunidade escolar durante todo o processo educativo, no qual todos são responsáveis pelos acontecimentos no âmbito escolar, inclusive em relação ao desenvolvimento dos educandos com deficiência que precisam ser especificamente atendidos nas suas singularidades.
12. A Criança com Transtorno do Espectro Autista e seu primeiro contato de escolarização. Autoras: FRANÇA e COSTA. 2022 (REAZE)	Levantamento bibliográfico de fontes pré-existentes na literatura especializada sobre o autismo.	O processo de ensino poderá levar tempo, contudo, os resultados e contribuições para a escolarização dessas crianças, poderão se tornar efetivos, por isso a importância do estímulo desde os primeiros contatos na escola, requerendo sensibilização dos pais e capacitação dos educadores, dada a relevância dessa inserção inicial para a vida estudantil da criança com transtorno do espectro autista.
13. Autismo e a educação: Ciência Aba (Análise do comportamento aplicada) como proposta de intervenção na Educação Infantil. Autores: OLIVEIRA e SILVA. 2022 (REAZE)	pesquisa de abordagem qualitativa, exploratória através de revisão bibliográfica	A escola precisa estar preparada para enfrentar os desafios e necessidades de oferecer uma educação com qualidade para todos os seus alunos. É fundamental que se considere que cada aluno demonstra características próprias no ritmo de aprendizagem, na diversidade de interesses e no conjunto de valores e informações que os tornam sujeitos únicos. A aplicação do método ABA na E.I. traz benefícios pois trabalha no esforço comportamental positivo, diminuindo as frustrações, garantindo ao aluno um aprendizado sem erros, podendo ajudar na motivação e no prazer de aprender.

Fonte: Elaborado pela autora, 2023

Os autores trouxeram como objetivos dos respectivos artigos acima expostos:

- No artigo 11 de Santos et al. (2022) os objetivos foram compreender a importância da educação inclusiva e do PPP no contexto da escola de Educação Infantil, também escrever alguns aspectos gerais acerca de educação inclusiva além de relatar como a educação inclusiva deve estar contemplada dentro do PPP. No artigo 12 de França e Costa (2022) o objetivo proposto é refletir sobre os primeiros contatos de escolarização da criança com TEA, demonstrando os aspectos pedagógicos, afetivos e sociais para sua inserção inicial no ambiente escolar.
- No artigo 13 de Oliveira e Silva (2022) o objetivo do texto é identificar as principais contribuições para o desenvolvimento cognitivo do aluno autista a partir da intervenção feita através da análise do comportamento aplicada-ABA.

3 DISCUSSÃO DOS DADOS COLETADOS

Os 13 artigos analisados estão subdivididos em: 6 pesquisas teóricas e 7 empíricas. Também estão subdivididos em 8 artigos que abordam diretamente a temática do autismo e/ou sua inclusão na educação infantil, 5 artigos que abordam indiretamente as temáticas expostas acima, mas que suas abordagens agregam ao trabalho e tratam sobre a inclusão, sobre crianças com NEE, que são concernentes ao objetivo proposto na pesquisa. Os 5 artigos citados são:

1. **“Desafios no processo de escolarização de crianças com Autismo no contexto inclusivo: Diretrizes para formação continuada na perspectiva dos professores”**. Esse artigo faz a exposição das dificuldades no processo de inclusão de crianças com TEA, elencadas pelas professoras da rede municipal de ensino da cidade de Pelotas-RS. As dificuldades foram divididas em subcategorias, expostas no artigo, que eram: comportamento, comunicação, demais dificuldades, socialização, dificuldades pedagógicas e rotina. (CAMARGO et al., 2021, p.06).
2. **“Olhares Docentes: Um estudo sobre a inclusão das crianças com Necessidades Educacionais Específicas no contexto escolar”**. Esse artigo busca mostrar a operacionalização da inclusão na educação infantil do município de Trindade-GO, sob a ótica das professoras identificando se o sistema educacional incentiva a participação em cursos de formação continuada. Para Rezende (2022, p.189) a perspectiva da educação inclusiva contempla a ruptura de paradigmas, o ressignificar do fazer pedagógico, o aprendizado contínuo, a aceitação e o respeito às diferenças, a autonomia, a valorização das pessoas, o reconhecimento do direito de todos a uma educação de qualidade, etc. Estes apontamentos orientam para a edificação de uma sociedade verdadeiramente mais justa, humana, de (para) todos.
3. **“O Projeto Político Pedagógico (PPP) e o processo de inclusão na Educação Infantil: Uma revisão integrativa”**. Esse artigo é uma revisão integrativa da literatura e que busca demonstrar a importância da construção e efetivação do PPP para uma educação inclusiva. Santos et. al. (2022, p.1195) explica neste artigo, que na proposta da educação inclusiva a equipe escolar deve atuar valorizando a diversidade no âmbito escolar inspirando ações acolhedoras e de acessibilidade com o objetivo de se alcançar a mesma qualidade de ensino para todas as crianças, independente de suas limitações. Dessa forma, a educação inclusiva prima por uma educação que realmente seja para todos e desprovida de qualquer preconceito ou atitudes discriminatórias.
4. **“A importância do AEE no desenvolvimento pedagógico de crianças com Transtorno do Espectro Autismo”**. O texto busca elencar a necessidade do AEE para escola inclusiva e como esse atendimento é relevante para formação educacional e social da criança com TEA. Santos et. al. (2021, p. 1568) explica nesse artigo que mesmo que duas pessoas apresentem o mesmo diagnóstico, elas podem reagir de modos diferentes a uma mesma proposta pedagógica. Assim, as intervenções devem

ser analisadas individualmente por toda a equipe multidisciplinar que acompanha o caso. Para ensinar uma criança com autismo, o professor não precisa ser especialista no transtorno, porém o mesmo deve ter ao menos a noção sucinta acerca de como aprimorar suas táticas educacionais para trabalhar com ele. Além disso, é importante que procure conhecer todos os alunos de forma individual tendo também um olhar atento ao processo como cada um aprende, na tentativa de enriquecer a aplicabilidade das atividades no recinto escolar.

5. **“Um olhar sobre a prática do profissional de apoio à alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) da rede Municipal de ensino em Altamira – Pará”**. O artigo apresenta a importância não só do profissional de apoio mas do trabalho colaborativo para o desenvolvimento do aluno com TEA, Leonel et. al. (2022 , p.556) afirma em seu artigo que mais do que o ato de introduzir o aluno na escola, ele defende que é necessário perceber a escola como local onde deve ser oferecida uma educação de qualidade para todos os alunos, reconhecendo suas diferenças e oferecendo condições para constituição de práticas educativas.

Os demais artigos fazem abordagem direta à temática, trazem experiências compartilhadas por pesquisas teóricas ou empíricas no contexto da inclusão de crianças com autismo na Educação Infantil. Para melhor compreensão dos estudos com todos os artigos, foi realizada uma construção teórica (voltados aos objetivos específicos) expostos da seguinte forma:

1. Apresentar o Transtorno do Espectro Autista (TEA),
2. Discutir a Educação Infantil como etapa primordial para desenvolvimento da criança com TEA,
3. Apresentar os achados sobre leis que favorecem a inclusão,
4. listar práticas pedagógicas utilizadas pelos profissionais da educação na perspectiva inclusiva e as dificuldades relatadas pelos profissionais da educação,
5. Identificar a participação docente em cursos de formação continuada.

4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

4.1 Apresentando o Transtorno do Espectro Autista (TEA)

Para compreender o processo de inclusão de uma criança com TEA na educação infantil é preciso fazer um breve levantamento conceitual sobre esse Transtorno. De acordo com o Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais (DSM-V), a criança/pessoa com TEA possui alguma dessas características essenciais: prejuízo persistente na comunicação social recíproca e na interação social e padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades sendo os sintomas presentes desde o início da infância que limitam ou prejudicam o seu funcionamento diário. Muitos indivíduos têm déficits de linguagem, os quais variam de ausência total da fala, passando por atrasos na linguagem, compreensão reduzida da fala, falar em ecolalia, ter linguagem explicitamente literal ou afetada.

Essa definição de padrões restritos e repetitivos mostram uma gama de manifestações de acordo com a idade e a capacidade, além de intervenções e apoios atuais. Como apresentado na Tabela I:

TABELA I - Características comportamentais da pessoa com TEA (DSM-V, 2014)
1. Comportamentos estereotipados ou repetitivos, incluem estereotípias motoras simples (p. ex., abanar as mãos, estalar os dedos),
2. Uso repetitivo de objetos (p. ex., girar moedas, enfileirar objetos) e fala repetitiva (p. ex., ecolalia, repetição atrasada ou imediata de palavras ouvidas, uso de “tu” ao referir-se a si mesmo, uso estereotipado de palavras, frases ou padrões de prosódia),
3. Adesão excessiva a rotinas e padrões restritos de comportamento, podem ser manifestados por resistência a mudanças (p. ex., sofrimento relativo a mudanças aparentemente pequenas, como embalagem de um alimento favorito; insistência em aderir a regras; rigidez de pensamento),
4. Padrões ritualizados de comportamento verbal ou não verbal (p. ex., perguntas repetitivas, percorrer um perímetro),
5. Interesses altamente limitados e fixos, no transtorno do espectro autista, tendem a ser anormais em intensidade ou foco (p. ex., criança pequena muito apegada a uma panela; criança preocupada com aspiradores de pó; adulto que gasta horas escrevendo tabelas com horário).
6. Alguns encantamentos e rotinas podem estar relacionados a uma aparente hiper ou hiporreatividade a estímulos sensoriais, manifestada por meio de respostas extremadas a sons e

texturas específicos, cheirar ou tocar objetos de forma excessiva, encantamento por luzes ou objetos giratórios e, algumas vezes, aparente indiferença à dor, calor ou frio.

7. Reações extremas ou rituais envolvendo gosto, cheiro, textura ou aparência da comida ou excesso de restrições alimentares são comuns.

Fonte: Elaborado pela autora, 2023

As características encontradas no TEA, demonstram as amplas especificidades do transtorno, encontradas em alguns dos exemplos do DSM-V. Para Agripino-Ramos, Lemos e Salomão (2019, p.454) tais características apresentam-se em diferentes níveis de severidade nas pessoas com esse transtorno.

Contudo, há que se considerar que o autismo se manifesta de forma ímpar e particular, ou seja, somos seres únicos e isso se aplica à pessoa com autismo. Desta forma, algumas estereotipias ou comportamentos nem sempre serão replicados por outro caso, bem como as perspectivas de desenvolvimento estão condicionadas às experiências sociais e históricas vividas pelos sujeitos. (MARCHIORI e FRANÇA, 2018, p. 502).

Logo, compreende-se que o TEA é um transtorno dentro de um espectro (conjunto de elementos que formam um todo), ou seja, cada pessoa com TEA possui muitas características heterogêneas e outras similares aos seus pares. “O autismo é um transtorno que está cada vez mais presente em nossa sociedade. Diferente de décadas atrás, quando as crianças com TEA ou alguma deficiência eram mantidas em sigilo em suas residências, ou ainda, institucionalizadas por seus familiares”. (UBUGATA, 2022, p. 796).

É importante entender o TEA e suas nuances, para assim atingir o “universo” dessas crianças. É preciso compreender que muitas de suas características são advindas do transtorno e que não se faz necessário querer “maquiar” ou “eliminar” esses atributos, nem pensar que são apenas birras, falta de educação, maldade da criança, etc. Tudo isso pode acabar não favorecendo a partilha e aprendizagem da criança com TEA e causar um estranhamento entre a criança e o profissional da escola.

O autismo é um assunto que exige estudos e aprofundamentos contínuos para se compreender as possibilidades de trabalho pedagógico na atenção à criança com autismo na educação infantil, visto que as interações sociais e os processos de subjetivação afetam a formação dos indivíduos de maneiras distintas, a partir das transformações estruturais do/no sujeito, mas, também, a partir da apropriação e interação com a cultura, as linguagens e o outro. (MARCHIORI e FRANÇA, 2018, p.493).

A criança com TEA precisa da mediação de profissionais dentro da escola, muitas das vezes ela não consegue fazer interação, é mais chorosa, tem dificuldade com as alterações da rotina e cabe a escola acolher, ter empatia no trato com a criança e fazer o seu papel pedagógico. É preciso incentivar a interação dela com seus pares, auxiliar na aprendizagem por meio das vivências em sala de aula, fazer atividades que envolvam a brincadeira (com intencionalidade) para sua aprendizagem, fortalecer o trabalho com a coordenação motora fina e em demais áreas que se perceba necessário estimular.

Para Santos et al. (2021, p.1567) é preciso ser trabalhado cada área de dificuldade apresentada pela criança com TEA, seja na comunicação, na socialização ou no uso da imaginação, há características comuns ao quadro geral, mas também únicas de acordo com cada pessoa. Não existe uma fórmula para ensinar crianças com TEA.

[...] é importante enxergar a criança autista como qualquer ser humano que com suas peculiaridades é capaz de aprender e desenvolver habilidades. Para isto, precisamos nos abrir para entendermos o seu mundo particular e buscarmos aprender delas para elas, dando-lhes assim significados e estímulos, condição fundamental para que se sintam amadas e valorizadas como qualquer pessoa merece ser. Não estimular as potencialidades dessas crianças é pecar contra a vocação que o educador deveria ter. (FRANÇA e COSTA, 2022, p.233).

Não que o professor tenha “vocação” para trabalhar com crianças com TEA, mas é preciso formações específicas para esse professor, também é direito da criança ser desenvolvida em suas potencialidades, através dos estímulos que devem ser iniciados na Educação Infantil. As professoras junto com a família e a comunidade escolar pode vir a fazer enorme diferença no desenvolvimento da criança com TEA, através de um trabalho colaborativo⁵.

Diante do que foi exposto, é interessante refletir que no universo da educação infantil há crianças de 0 a 6 anos de idade, cada uma com suas características, desenvolvimento em construção, dificuldades na aprendizagem e é nesse local, que começam a ser detectadas as crianças com características do TEA. É preciso que as equipes das comunidades escolares estejam preparadas para fazer a inclusão efetiva de alunos com NEE dentro da escola, é preciso efetivar ações e não apenas dar o acesso do aluno na escola e integrá-lo em sala de aula. É preciso se preocupar com a permanência dos alunos nas escolas, além de sua participação nos processos de ensino e a efetivação de múltiplas aprendizagens de acordo com suas especificidades.

⁵ Trabalho colaborativo envolve diversos sujeitos da comunidade escolar, no propósito de facilitar a inclusão do sujeito com deficiência na escola. Esse assunto será posteriormente trabalhado no texto.

4.2 Educação Infantil como etapa primordial para desenvolvimento da criança com TEA

Paschoal e Machado (2012) explicam que no passado, com o nascimento da indústria moderna alterou-se profundamente a estrutura da sociedade da época e modificou os hábitos e costumes das famílias. Começou a surgir atendimentos para favorecer mães trabalhadoras que não tinham com quem deixar seus filhos, realizados por mulheres mercenárias que não se preocupavam com o bem-estar das crianças, apenas em receber valores. Depois surgiram as primeiras instituições, voltadas para o cuidado das crianças de mães operárias, que tinham o foco em guarda, higiene, alimentação e o cuidado físico com as crianças, pois possuíam um intuito assistencialista, embora tivesse perspectivas pedagógicas voltadas para o ensino. No Brasil, diferente das creches europeias e norte-americanas, as creches tinham caráter unicamente assistencialistas como uma extensão da casa de seus pais, sem trabalhos pedagógicos para desenvolver as crianças. Hoje passou a ser dever do Estado garantir a oferta de creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade, deixando de ser um trabalho assistencialista, passando a ser responsabilidade da secretaria de educação e com todo caráter pedagógico.

A educação infantil é uma das áreas de atuação em que se faz necessário formação continuada e o aprimoramento intelectual constante dos profissionais, tendo em vista que estes profissionais trabalham diretamente o desenvolvimento humano em sua fase mais importante: a primeira infância. (UBUGATA, 2022, p.796)

A responsabilidade, o compromisso, as obrigações e os deveres do professor para com o processo formativo dos alunos é enorme, principalmente com as crianças pequenas que estão no processo de desenvolvimento em diversas áreas. Para Marchiori e França (2018, p.510) a “Educação Infantil, como espaço privilegiado de atuação precoce, permite um trabalho articulado e processual, no qual a criança vai se desenvolvendo a partir de vários estímulos. Não se pode atribuir o sucesso das intervenções a apenas um profissional ou a uma atividade pedagógica específica desenvolvida”.

Quanto à inclusão da criança com TEA na educação infantil, além de necessário também é lei, e deve ir além da aceitação no ambiente escolar, as crianças precisam fazer parte do ambiente, participar do processo educativo, para que possam desenvolver-se e ter acesso às mesmas oportunidades das outras crianças. Francês e Mesquita (2021,p.03) afirmam que a discussão da inclusão educacional se coloca como um desafio e traz um conjunto de outras perspectivas para problematizar/pensar/analisar a inclusão tendo como protagonista a

criança com deficiência, possibilitando ampliar a discussão sobre a escola e suas práticas. Sabe-se que não é fácil modificar o modo de pensar das pessoas, conscientizar e desconstruir pensamentos capacitistas⁶ e por isso o processo de inclusão não alcança uma amplitude maior, é preciso fazer capacitações e uma desconstrução social do capacitismo estrutural.

Diante de tudo que foi exposto, a Educação Infantil deve ser compreendida como a etapa primordial para evolução da criança com TEA, já que é nesta etapa escolar que a criança vai ser estimulada a experimentar, ela sai do contexto familiar e passa a vivenciar momentos da construção de novas aprendizagem, interação com seus pares, estímulos ao seu desenvolvimento, atividades direcionadas e com intencionalidade ao seu desenvolvimento motor e cognitivo, além da socialização com os colegas e ambiente escolar. Para tanto é necessário também que a criança com TEA seja acompanhada por uma equipe multidisciplinar e clínica, que auxilie a criança através de processos de intervenções/terapias, estímulos clínicos/psicopedagógicos e a medicalização, de acordo com suas necessidades médicas.

É cientificamente comprovado que, quanto mais cedo a criança com TEA inicia seu tratamento com as terapias adequadas e as intervenções, melhor ela vai se desenvolver e conseqüentemente, o comprometimento de suas habilidades cognitivas e sociais diminuirá. (UBUGATA, 2022, p.797).

4.3 Leis que favorecem a inclusão

O objetivo do presente trabalho foi entender o processo de inclusão da criança com TEA na Educação Infantil, para tanto se faz necessário também conhecer a trajetória da legislação envolvida numa educação inclusiva. De acordo com Rezende (2022, p.164), "a trajetória voltada à educação inclusiva é uma conquista recente, alicerçada em estudos e discussões que iniciaram na década de 1980 e impulsionada posteriormente pela Conferência Mundial de Educação para Todos” na década de 1990. Segue abaixo alguns marcos da trajetória da Educação inclusiva ou da inclusão:

Quadro VI - Trajetória da inclusão de pessoas com deficiência	
Ano	Marcos legais/ legislação
1990	<u>Conferência Mundial de Educação para todos</u> , início de uma Política Mundial para Inclusão. (REZENDE, 2022).

⁶ Pessoa que discrimina ou expressa preconceito em relação à pessoa com algum tipo de deficiência.

1994	<u>Declaração de Salamanca</u> , definindo princípios e práticas na área da Educação Especial iniciando um processo que influencia nas Políticas Públicas da Educação Brasileira. (REZENDE, 2022).
1996	O Projeto Político Pedagógico é abordado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a <u>Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996</u> em seus artigos 12, 13 e 14: elencam que as escolas com a participação dos professores e outros profissionais da educação elaborarão e executarão a proposta pedagógica, seguindo normas de gestão democrática. (SANTOS ET. AL., 2021, Apud. BRASIL, 1996).
1999	<u>Decreto 3.298</u> , que define uma Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, pela qual a educação especial passa a ser uma modalidade transversal permeando todos os níveis de modalidade de ensino. (REZENDE, 2022, Apud. BRASIL, 1999).
2001	<u>Resolução CNE/CEB n. 2</u> , as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, que afirma que os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos alunos com necessidades educacionais específicas, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos (REZENDE, 2022, Apud. BRASIL, 2001).
2001	<u>Parecer do CNE/CP n. 9</u> institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, estabelecendo que a educação básica deve ser inclusiva, para atender a uma política de integração dos estudantes com necessidades educacionais específicas nas classes comuns dos sistemas de ensino e exigindo que a formação dos docentes das diferentes etapas inclua conhecimentos relativos à educação desses alunos (REZENDE, 2022, Apud. BRASIL, 2001).
2004	<u>Decreto nº 5.296/2004</u> que reforça o conceito de acessibilidade em seu artigo 8, inciso I [...] condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida. (REZENDE, 2022, Apud. BRASIL, 2004).
2009	<u>Resolução n. 4/2009</u> : Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Artigo 1º - Os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos. Artigo 2º - Apresenta o Atendimento Educacional Especializado (AEE) como recurso para complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços de acessibilidade e estratégias pedagógicas que eliminem as barreiras para a plena participação nas atividades escolares e como preparação para o convívio em sociedade (REZENDE, 2022, Apud. BRASIL, 2009).
2012	<u>Lei 12764/2012</u> : Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e estabelece diretrizes para sua consecução. No artigo 3º, em seu parágrafo único, que em caso de necessidade “[...] a pessoa com transtorno do espectro autista [...] terá direito a acompanhante especializado” (REZENDE, 2022, Apud. BRASIL, 2012).

2015	<u>Lei 13.146, de 6 de julho de 2015, institui a Lei Brasileira de Inclusão (LBI)</u> ou Estatuto da Pessoa com deficiência que, diferentemente dos dispositivos anteriores, tem como objetivo assegurar os direitos fundamentais da pessoa com deficiência, incluindo o direito à educação em escolas regulares, em todos os níveis de ensino. (CAMARGO et al., 2020, Apud. BRASIL, 2015).
------	---

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Sobre as legislações citadas, elas seguem uma cronologia, mostrando os passos legais que foram dados na perspectiva da inclusão trazidas pelos autores estudados. A Lei 9.394 de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, foi citada no quadro VI, pois em seus artigos 12, 13 e 14 ela vai instituir a construção do PPP, as escolas com a participação da comunidade escolar como um todo, elaborarão e executarão a proposta pedagógica, seguindo normas de gestão democrática. A lei foi elencada no quadro pois, é através do PPP que estão fundamentadas as propostas voltadas à inclusão, pela qual a escola efetivamente se planeja através de práticas voltadas à educação inclusiva (ou não).

Ficou notório nas exposições do quadro VI, que com o passar dos anos as coisas foram se modificando, desde nomenclaturas, que usavam terminologias desapropriadas, como também a ascensão de direitos adquiridos inclusive na educação, foco deste trabalho.

Ao tratar de educação inclusiva, é necessário reconhecer os avanços (últimos 40 anos) que legitimam os direitos das pessoas com deficiência no país, ao qual se inclui a pessoa com TEA. A Declaração de Salamanca foi um marco para a ampliação de direitos e a efetivação de políticas públicas na perspectiva inclusiva aqui no Brasil. Porém, temos que compreender também que, apesar da legislação beneficiar a perspectiva da educação inclusiva, é necessário que haja mudanças na mentalidade da sociedade, na forma da compreensão que se tem sobre a pessoa com deficiência/pessoa com TEA.

Para Paganelli (2018) a deficiência no panorama da visão do modelo médico tem como principal característica a descontextualização da deficiência, que é vista como um “problema na/da pessoa”. É uma abordagem que afirma ações normalizadoras enquanto rotula os indivíduos como inaptos e ignorando as estruturas sociais que impedem sua participação. Logo é preciso que a sociedade perceba que existe um grande problema social ligado a pessoas com deficiência e esse grande problema não está nas pessoas e sim nas barreiras impostas a elas.

Paganelli (2018) explica também que dentro de uma visão do modelo social da deficiência o que limita o indivíduo não é sua condição biológica mas sim os fatores que são externos à pessoa. São fatores que chamamos de barreiras e que podem estar presentes na

arquitetura, na comunicação, nos meios de transporte e até mesmo nas atitudes. A inclusão, em qualquer espaço da sociedade necessita de novos olhares, as pessoas precisam se desconstruir, ressignificar, pois esse também é um fator para favorecimento do processo de inclusão, pois não basta apenas estudar, conhecer e achar que está sendo inclusiva(o) repetindo antigas práticas, logo, é preciso mudar a mentalidade também. O próximo tópico traz a abordagem pedagógica utilizada por profissionais da educação e também suas principais dificuldades.

4.4 Lista das práticas pedagógicas utilizadas pelos profissionais da educação e das principais dificuldades relatadas pelos docentes

Para inclusão da criança com TEA na Educação Infantil é preciso pensar em práticas pedagógicas que viabilizem o desenvolvimento e a inclusão da criança em sala de aula. Marchiori e França (2018, p.511) trouxeram em seu texto que

As práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores foram fundamentais para possibilitar um currículo que reconhece o protagonismo infantil. A criança aprende na ação, na relação com a cultura, com as linguagens e na presença do outro. O autismo e suas características não devem definir o caminho a ser trilhado nas práticas pedagógicas, mas sim auxiliar na compreensão dos comportamentos da criança com TEA contribuindo para o planejamento de ações efetivas que ultrapasse um possível limite de aprendizagem.

Diante da importância da escolha de suas práticas é considerável que o professor perceba sua responsabilidade perante o desenvolvimento de seus alunos com ou sem TEA/outra deficiência, é importante planejar as intencionalidades, qual o melhor caminho a se trilhar para corroborar com a aprendizagem de todos favorecendo a equidade de oportunidades para os alunos evoluírem.

Há sempre o convite a desafiar os sujeitos a seguir mais longe, superar os limites, que às vezes, são impostos antes de se conhecer suas potencialidades. O rótulo não deve dizer o que fazer com e para o sujeito autista, principalmente quando se trata de crianças tão pequenas. Suas possibilidades de desenvolvimento são infinitas, não cabe ao adulto definir o caminho, mas aceitar o convite da criança e trilhar os caminhos que são construídos no dia a dia, no cotidiano das práticas pedagógicas planejadas e vivenciadas pelos e com os sujeitos. (MARCHIORI e FRANÇA, 2018, p. 511).

O formato que as professoras vão enxergar a criança com deficiência será proporcional a forma que ele irá investir em sua prática pedagógica. Se a pessoa possui uma

visão degradativa, capacitista e visão médica da deficiência, não fará o mínimo esforço para buscar a inclusão e o desenvolvimento da criança, já que acredita em sua incapacidade.

Existe também professoras que possuem a compreensão de que é necessário “adaptar” atividades para as crianças, Camargo et al. (2020, p.12) explica que existe a preocupação e intenção das professoras em ensinar alunos com TEA utilizando vários materiais e atividades que vai desde a massinha de modelar, pinturas, joguinhos de encaixe, quebra-cabeça, letras e números em EVA, livros, folhas, atividades de pareamento, recorte entre outros, mas nota-se que esses recursos são utilizados indistintamente com esses alunos, sem existir uma relação com o conteúdo trabalhado em sala de aula com os demais alunos, o que se torna, portanto, uma prática contraditória aos princípios da inclusão. Como pode existir a inclusão se há um empobrecimento curricular nas atividades oferecidas para essas crianças?

Quando a criança chega à escola os professores devem ter em mente que além de conteúdos escolares a serem aprendidos pela criança é necessário que ele se torne independente, capaz de desenvolver atividades do dia-a-dia por si só, pois muitas vezes os pais realizam tarefas que as crianças poderiam realizar sozinhas. (LEONEL et al., 2022, p.559)

É importante então que as crianças com TEA desenvolvam dentro da educação infantil, ações que vão desde aprender a comer, a brincar, pular, seguir regras, esperar sua vez, compartilhar, falar, cantar, dançar, esperar, pedir, conversar e toda uma gama de outras aprendizagens. Se faz necessário que as professoras busquem práticas que melhorem o trabalho pedagógico para os alunos com TEA, possibilitando amplo espaço de vivência e aprendizado rico em elementos que auxiliam na aquisição de habilidades sociais e acadêmicas. Esse espaço, enquanto fonte de experiências positivas para o desenvolvimento de crianças com TEA, as práticas pedagógicas vão ao encontro das Necessidades Educacionais Específicas (NEE) desses alunos (CAMARGO et al. 2020, p.16).

Para Rezende (2022, p. 168) cabe ao professor oportunizar a aprendizagem, por meio de estímulos e estratégias pedagógicas, proporcionando ao discente com NEE a autoestima e a inclusão. O trabalho desenvolvido pelas docentes

[...] é marcado pelo sentimento de pertença, não somente no acolhimento, mas ao planejarem as atividades propostas em sala de aula, promovendo a interação e considerando o que é particular a cada criança, mesmo desprovido de condições materiais para tal fim. Enfatizaram também a ineficiência do programa da inclusão no atendimento às necessidades educacionais específicas das crianças, destacando como principais falhas: ausência de materiais e recursos pedagógicos, infraestrutura física com acessibilidade, políticas públicas, formação continuada de professores, entre outras. (REZENDE, 2022, p. 189).

Apesar da força de vontade das docentes, do sentimento de pertencimento em seu trabalho pedagógico na pesquisa de Rezende (2022) elas estão impossibilitadas de exercerem um trabalho melhor, outros condicionantes estão expostos, não tem apoio material, nem condições de tornar suas práticas inclusivas e sabe-se que isso não é um acontecimento isolado, infelizmente.

Como forma de intervenção ou de estratégias para a inclusão e para evolução da aprendizagem da criança com TEA fizemos a listagem que os autores trouxeram como possibilidades:

Tabela II - Possibilidades de intervenções ou estratégias para inclusão
Adaptações feitas na didática e no manejo da sala de aula são as principais mudanças necessárias e efetivas para inclusão do aluno com autismo. Também é explicado que essa modificação nas práticas pedagógicas favorecem os colegas com desenvolvimento típico. Camargo et. al. (2020, p.17).
Desvincular-se do método tradicional de ensino é um dos grandes desafios da inclusão na Educação Infantil. Se faz necessário novos métodos que facilite a inclusão da criança e desperte a sua motivação. Para que a escola seja de fato inclusiva, ela precisa redefinir seus planos, livre de preconceitos e valorizar as diversidades nela inserida. Silva e Leite, (2022, p.10).
Na inclusão escolar não existem fórmulas prontas, e as metodologias precisam ser adaptadas a cada caso. Na inclusão da criança autista o processo é ainda mais complexo devido à variedade de sintomas de características que esse transtorno apresenta, logo o educador precisa desenvolver uma atitude investigativa, e sempre buscar novas aprendizagens para que consiga atingir os objetivos da inclusão escolar. Suassuna, (2021, p.1428).
A ideia de um trabalho coletivo e colaborativo já que a partir de estudos realizados, se percebeu que para haver o acesso a uma educação para “todos”, é necessário um comprometimento por parte dos alunos, profissionais de apoio, professores, pais, comunidade, ou seja, todos que participem da vida escolar da criança com autismo. É preciso que o profissional tenha um olhar atento às necessidades de cada aluno, foque em suas potencialidades e não em suas dificuldades, para que de fato esse aluno se sinta incluído e assim se efetive o ensino-aprendizagem. Leonel et al. (2022, p.563).
O suporte pedagógico oferecido no AEE, com fins de fundamentar a prática docente para promover o desenvolvimento desses alunos. Além da necessidade de três tipos de profissionais de apoio: escolar/higienizador, de AEE e pedagógico, unido a formação continuada destes profissionais, pois permite aos docentes/colaboradores ofertar um trabalho com mais qualidade, principalmente no que se refere a utilização das tecnologias assistivas e no conhecimento e suporte às especificidades dos alunos. Rezende (2022, p.171-181).
A escola inclusiva é relativa, de acordo com toda a organização que a instituição de ensino tem, como por exemplo o espaço, a equipe, instrumentos de trabalho específicos como também, um sistema operacional, um corpo docente ativo que interage com a criança e suas respectivas necessidades tanto fisiológicas, educacionais e sociais. A implantação do AEE no sistema educacional de ensino na finalidade de aprimorar a vivência destas crianças. Santos et al. (2021, 1568-1577).

Método ABA como proposta de intervenção na educação infantil, constatou-se que para uma educação inclusiva, a escola precisa estar preparada para enfrentar os desafios e necessidades de oferecer uma educação com qualidade para todos os seus alunos. Os autores explicam que a aprendizagem deve ser prazerosa e divertida para a criança, podendo-se usar reforçadores para manter a criança motivada. Oliveira e Silva, (2021, p.577-580).

A afetividade envolve paciência e respeito aos processos, olhar atento e escuta ativa às necessidades e empatia, isso auxilia a criança a desenvolver confiança e segurança em si mesma e no adulto de referência (pais ou cuidadores e educadores), auxilia no desenvolvimento psicomotor, no desenvolvimento cognitivo e no desenvolvimento social. É uma ferramenta importante para o desenvolvimento infantil de forma geral, a ser praticada não apenas no ambiente escolar mas em todos os ambientes em que a criança convive. Ubugata (2022, p.799-800).

Para que ocorra uma educação inclusiva se faz necessário que o Projeto Político Pedagógico seja visto como um instrumento norteador das ações educacionais inclusivas e que contemple ações que favoreçam o desenvolvimento das crianças na educação infantil. Santos et. al. (2022, p.1189).

O trabalho colaborativo tem se mostrado eficaz no processo de inclusão e integração dos sujeitos, público da Educação Especial. Talvez seja o novo momento da educação inclusiva reconhecer que a responsabilidade sobre a criança com deficiência, pertence a todos os profissionais envolvidos na educação desses sujeitos. Os ganhos estão na capacidade de planejamento articulado, na condução das atividades pedagógicas específicas ou coletivas, na distribuição de tarefas entre os professores e demais profissionais, no acompanhamento pedagógico do processo de aprendizagem de todas as crianças, na troca de experiências e conhecimentos entre os participantes da turma, no esclarecimento das dúvidas sobre a deficiência e a busca de soluções coletivas, no reconhecimento de que a educação é possível para todos. Marchiori e França (2018, p.511).

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

O conjunto das percepções dos 10 autores citados acima, no que tange às práticas pedagógicas das professoras e o conjunto de ações e atitudes, são pertinentes para tornar o ambiente da educação infantil mais inclusivo, tanto para crianças com TEA como também para crianças com outras NEE. Mas para compreender o que favorece a prática pedagógica é necessário observar o que é citado como dificuldades para os docentes diante da realidade do chão da escola, para que se possa refletir sobre.

Alguns dos professores, citados nos artigos estudados, trouxeram dificuldades e desafios que eles encontram para adequação de uma prática voltada para perspectiva inclusiva em suas salas de aula. Camargo et al. (2018, p.06) informa que as dificuldades encontradas pelas professoras no processo de inclusão de alunos com autismo se dividem em seis subcategorias: comportamento; comunicação; demais dificuldades; socialização; dificuldades pedagógicas e rotina.

Nas palavras das professoras, trazidas por Camargo et al. (2018) existe maior recorrência sobre as dificuldades comportamentais e de comunicação, que se referem aos aspectos (característico) dos indivíduos com TEA. Professoras citaram que as demais

dificuldades se referem às questões que não estão diretamente ligadas ao aluno, mas à escola e à comunidade em que o aluno está inserido. Exemplos trazidos por Camargo et. al., 2018:

Tabela III - Dificuldades que as professoras citam e que não favorecem a inclusão
Dentro do aspecto comportamental, a maior dificuldade apontada foi o manejo de comportamentos atrelados à recusa em fazer atividades e seguir rotinas e regras. (p.06).
Dificuldades com a diversidade em sala de aula sem, muitas vezes, poder contar com o apoio necessário, previsto legalmente, como o serviço de atendimento educacional especializado (AEE) dentro da própria escola ou ainda um professor auxiliar ou cuidador, quando há necessidade. (p.08).
Dificuldade Pedagógica, dificuldade em realizar atividades com a criança com TEA tanto para ensinar como avaliar sua aprendizagem, sem saber o que e como trabalhar com esses alunos em sala de aula, dificultando seu trabalho de ensino e avaliação. (p.10).
A falta de recursos e de estratégias práticas e adaptadas, pautadas no conhecimento das características do TEA, que impede o progresso do trabalho não só com o aluno com necessidades educacionais especiais, mas com todos os demais alunos. Esse aspecto remete diretamente à sua prática pedagógica diária e às estratégias que utilizam ou deixam de utilizar com esses alunos. (p.11).
As estratégias gerais comumente utilizadas são baseadas no senso comum ou naquilo que elas acreditam ser adequado, apontando para a necessidade de um melhor entendimento sobre o que significa incluir e proporcionar uma educação diferenciada para crianças com autismo ou outras deficiências. (p.12).
O desconhecimento e a falta de orientação adequada, explícita e focada em aspectos práticos leva os professores a buscarem alternativas pouco eficazes, em fontes informais e por vezes não confiáveis para guiar seu trabalho prejudicando, em muitos casos, o desenvolvimento e a permanência da criança no contexto escolar. (p. 17).

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

No texto de Camargo et al. (2018) várias professoras trazem os desafios que enfrentam em sala de aula e um dos trechos que chamou a atenção, tanto pelo próprio descontentamento da professora a respeito das legislações vigentes, sua afirmativas também demonstra o tipo de visão que a profissional tem a respeito da deficiência e também expressa um pedido de socorro, diante da situação em que vivencia sem auxílio colaborativo no local onde trabalha

“E essa questão da lei que veio de cima pra baixo, eu queria ver a pessoa que criou a lei da inclusão que queria desmanchar as escolas especiais, vir pra dentro da sala de aula e passar uma tarde inteira com 24 alunos que eles dizem como normais e os outros dois ou três, problemáticos dentro da sala de aula. Porque os problemas, com os normais a gente já tem problemas na sala de aula, imagina com uma criança que nem esse menino.” – Professora 10. (CAMARGO et al., 2018, p. 08).

Fica evidenciado na frase da professora tanto o capacitismo, como a visão do modelo médico da deficiência, além disso, o termo “problemático” que a mesma utiliza para se referir

a pessoa com deficiência, está voltado para estigmatização de PCDs, e essa é a realidade que encontramos em muitas escolas de todo Brasil.

Outros autores abordam os desafios que os professores enfrentam nas escolas, exposto nos exemplos abaixo:

Quadro VII - Desafios abordados pelos professores	
Leonel et al. (2022, p.559)	Afirma que não existe um interesse em promover mudanças reais no espaço escolar para atender as necessidades educacionais desse alunado. O acesso é condicionado à capacidade da pessoa se “enquadrar” ao sistema existente, adequando-se ao padrão estabelecido para todos os alunos.
Suassuna (2021, p.1426-1427)	Afirma que a inclusão do aluno autista na educação infantil encontra barreiras em relação à estrutura física da escola, pensada apenas para os alunos considerados “normais” com pouca ou nenhuma diversidade. Cita que outra barreira evidente é a formação dos professores, sustentado por metodologias tradicionais, no qual o educando não é visto como o centro do processo de ensino aprendizagem e sim centrado no professor.
Rezende (2022, p.174)	Afirma que os docentes pontuaram sobre a falta de suporte necessário para o cumprimento do recurso da acessibilidade física e pedagógica, elementos básicos para inclusão. Além disso cita o despreparo de alguns profissionais que apesar de conhecerem as legislações vigentes e saberem que a educação inclusiva deve ser compreendida para além da educação especial, primando por igualdade nas oportunidades, possibilitando aos alunos com NEE não apenas a possibilidade de acesso, mas que possua recursos metodológicos que contribua em seu processo formativo. A autora traz o destaque das principais falhas apontadas: ausência de material pedagógico, políticas públicas, formação continuada, acessibilidade entre outras.

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Em todas as citações dos autores trazidas acima, observamos que a educação inclusiva não é um processo simples para os professores da Educação Infantil. Também foi observado que existe a falta de organização das instituições para se unirem em um trabalho colaborativo, o que facilitaria a promoção da educação inclusiva. Além do exposto anteriormente, observamos que a maioria das citações traz a falta de suporte e de formação continuada, voltada para a perspectiva da educação inclusiva, como grande barreira para promoção da inclusão da pessoa com TEA/NEE. Por essa razão foi examinado nos textos o que os autores dizem sobre os incentivos para promover a formação continuada para esses docentes.

4.5 Incentivos para formação continuada

O processo de educação inclusiva é regido por legislações, mas como fazer se o professor não possui formação que contemple a área? É direito do sujeito, público alvo da Educação Especial, inclusive as pessoas com TEA, ter acesso às políticas públicas que favoreçam sua aprendizagem integral. Agripino-Ramos, Lemos e Salomão (2019, p.465) explicam que é relevante o papel de uma equipe de profissionais que oferecem formação continuada, voltadas para prática docente, no que diz respeito à inclusão de pessoas com NEE, sendo necessário um aprofundamento da aprendizagem a respeito de cada público-alvo da Educação Especial, sobretudo o TEA, tema da pesquisa.

Rezende (2022, p.186) afirma em seu texto, que o sistema educacional do município incentiva a participação em cursos de formação continuada, no entanto, desenvolvimento de sua pesquisa, a prefeitura municipal comunicou que devido ao processo de contratação de novos profissionais não havia formações voltadas para Educação Inclusiva. Rezende (2022, p.187- 188) também revela o quanto a formação continuada é importante para o processo de ensino e aprendizado da criança com NEE, mas que é preciso também investimento em recursos pedagógicos considerando as especificidades de cada sujeito. Ela destaca também que a capacitação possibilita a criação de estratégias interativas que favorecem o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social e contribui para o processo de ensino e aprendizagem.

Não basta apenas a escola dar o acesso às crianças com TEA, e garantir sua permanência na escola, se faz necessário garantir seu direito à participação no processo educativo e seu aprendizado. Para tanto como conseguir desenvolver as crianças, se as secretarias de educação não garantem formação continuada específica para inclusão e quando ofertam cursos de formação na perspectiva inclusiva, muitos alegaram que não fazem o efeito esperado, como no exemplo trazido por Camargo et al. (2020, p.15) afirmando que a busca dos profissionais por conhecimento e alternativas de trabalho, se não for acompanhada de orientações adequadas, o fazer pedagógico pode ser prejudicado pelo uso de práticas e estratégias pouco efetivas. As professoras entrevistadas pelos autores afirmam que existe o investimento para participação em cursos para processo de inclusão na escola, mas o conhecimento é muito geral e não atende às necessidades e especificidades dos desafios e trabalhos diários das mesmas.

Percebe-se que todos os autores que tocaram no ponto da formação continuada, concordam sobre a importância desse tipo de formação para os professores. Leonel et al.

(2022) acrescenta que para os profissionais de apoio se faz necessário uma formação inicial, para contributo da educação inclusiva na escola, tendo em vista que muitos dos profissionais de apoio possuem apenas ensino médio sem nenhum curso que lhe permita conhecimentos básicos para atuar com crianças com TEA. Além disso, os demais autores explicam as dificuldades e como parece ser inalcançável uma formação continuada que prepare e auxilie os professores com as especificidades encontradas nos alunos com TEA.

Ubugata (2022, p.800) também afirma que

A formação continuada é fundamental para a prática docente na educação infantil. A sociedade passa por mudanças. Os conceitos e as teorias sobre o desenvolvimento humano mudam. Novas descobertas são feitas nas áreas de neurociência, psicologia, pedagogia, entre outras e a especialização possibilita ao professor acompanhar essas mudanças e se preparar para elas.

Para reflexão, deixo algumas questões: Se no Brasil existe um compilado de leis que garantem a educação na perspectiva inclusiva, por qual razão elas não estão sendo executadas na prática em todas as escolas? Se é obrigatório uma formação continuada para os profissionais da educação, o que precisa ser feito para que as secretarias de educação efetivem projetos de formação continuada voltadas para perspectiva inclusiva e que efetivem o aprendizado dos professores das escolas públicas? Como nós, recém-formados ou quase formados, podemos tornar a educação infantil um espaço voltado à inclusão efetiva de crianças com TEA?

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A última etapa da Revisão Integrativa, compreendida como a fase seis das etapas que foi seguida na execução deste estudo, sendo essa, a exposição dos principais resultados obtidos com a revisão integrativa. Para Botelho; Cunha; Macedo (2011), “esta última etapa consiste na elaboração do documento que deve apresentar os principais resultados obtidos”. A partir dos artigos escolhidos, lidos e analisados desta pesquisa, verifica-se a síntese e compreensão de como ocorre (se ocorre), na prática, a inclusão da criança com TEA na educação infantil.

Fazer a inclusão de crianças com TEA é um trabalho que deveria iniciar com toda comunidade escolar, de acordo com os textos lidos, cada autor toca em pontos relevantes necessários para construção do processo inclusivo na escola, como por exemplo:

→ A necessidade em dar voz às crianças, abrir espaço para que elas falem o que pensam, como se sentem e assim o professor pode mediar um trabalho voltado para desconstrução do capacitismo estrutural e também da criação de um ambiente inclusivo. Agripino-Ramos, Lemos e Salomão (2019)/ Francês e Mesquita (2021).

→ Os professores também precisam ser ouvidos, desde suas queixas com relação às dificuldades que enfrenta em sua prática com crianças com NEE e suas necessidades para conseguir fazer uma prática voltada para inclusão. Camargo et al. (2020).

→ O trabalho colaborativo é um dos pontos “chave” para se pensar em uma escola “inclusiva”, não podemos mais pensar em uma escola que o aluno com TEA ou qualquer NEE não é visto como parte do ambiente escolar, que é visto como “aluno de A” ou “aluno da professora da sala de recurso”, o aluno é da escola e como tal deve existir um trabalho colaborativo, no qual todos devem pensar na inclusão desses alunos, logo, a instituição precisa ser favorável a inclusão. Rezende (2022).

→ O AEE precisa ser visto como atendimento que favorece no ensino/aprendizagem de pessoas com NEE, porém é preciso compreender a função da sala de recurso (que não deve ser confundida como sala de reforço) e o papel relevante do profissional que atende as crianças com TEA (e NEE) para inclusão e aprendizagens desses sujeitos. Santos et al. (2021).

→ A afetividade no processo de desenvolvimento da criança na educação infantil auxilia em seu desenvolvimento psicomotor, cognitivo e social, a criança adquire maior confiança com a professora, facilitando o processo educativo e inclusivo da criança com TEA. Ubugata (2022).

→ O PPP possui grande importância para construção de práticas inclusivas dentro da escola, para isso, é necessário a inserção de um currículo que contemple as especificidades das crianças com NEE, e que a prática pedagógica e o trabalho colaborativo estejam nos planejamentos do PPP. Santos et al. (2022).

→ Importância do profissional de apoio para o aluno com TEA, compreendendo que o aprendizado dessa criança vai além do conteúdo, elas aprendem a se tornar mais independentes, o profissional de apoio estimula que o aluno desenvolva atividades que os pais muitas vezes fazem pela criança. O profissional deve focar nas potencialidades para que o aluno participe do processo de ensino-aprendizagem. Leonel et al. (2022)

→ ABA como proposta de intervenção na aprendizagem intensiva de habilidades comportamentais necessárias para que algumas crianças com TEA adquiram maior independência e qualidade de vida possível. Oliveira e Silva (2022).

→ Estímulo, sensibilização e capacitação dos professores da sala regular e da sala de recurso, para aprimorar a prática voltada para perspectiva inclusiva. França e Costa (2022).

Alguns autores trouxeram pontos em comuns que favorecem a inclusão da criança com TEA, como a necessidade da participação dos pais e da comunidade escolar no processo de ensino-aprendizagem da criança, a formação continuada dos professores voltada para inclusão de crianças com NEE, participação das secretarias de educação no envio de materiais e recursos de apoio ao trabalho inclusivo e o cumprimento das legislações vigentes.

Ao se idealizar uma escola que inclui seus alunos com TEA, é preciso pensar inicialmente em uma escola que compreenda a relevância da educação inclusiva para o processo de ensino e aprendizagem de todas as crianças e também na inclusão e aprendizagem da criança com TEA dentro da escola. Foi citado em um dos textos a importância do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola para criação de práticas inclusivas. Para essa efetivação é essencial que no documento a visão/missão da escola seja comprometida com a transição para uma escola inclusiva, para isso a escola se compromete no plano de ação gerar atitudes que reverberam em práticas inclusivas e voltados para inserção de um currículo pensado para incluir todos os sujeitos, além de alcançar a capacitação da comunidade escolar através de projetos que tragam a temática da inclusão e ensine a necessidade das construções atitudinais e estruturais da escola que respeita os direitos de todos e que é feita para todos.

Outro ponto importante diz respeito a atuação do Atendimento Educacional Especializado (AEE), que deve complementar as aprendizagens da sala regular, atendendo as demandas de cada criança, além do trabalho em conjunto com os professores da sala regular,

para que assim a criança tenha um suporte para o processo de inclusão. É necessário também a conscientização de que o aluno com TEA é um “aluno da escola”, logo a comunidade escolar tem responsabilidades com esses sujeitos, para isso se faz necessário que exista um trabalho colaborativo, no qual todos possuem um alinhamento nas práticas inclusivas.

Também é fundamental que através do trabalho colaborativo, todos os profissionais envolvidos no processo de aprendizagem e de inclusão da criança com TEA, identifiquem as necessidades educacionais específicas desse aluno, que compreendam suas especificidades e também é primordial que haja formação, capacitação, vontade de fazer o trabalho inclusivo acontecer, está disposto a mudar e desconstruir ideias capacitistas.

Compreender que não basta ceder o acesso para uma criança com TEA na escola, apenas para que a criança seja recebida sem se preocupar em sua participação e aprendizagem. Dentro de uma perspectiva inclusiva é preciso ir além do acesso, de acordo com a LBI

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

V – Adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino. (BRASIL, 2015).

É necessário que as crianças com TEA, tenham garantido seu direito à permanência nas escolas, com participação no processo educativo, através de estímulos e intervenções e a garantia da efetivação de seu processo de aprendizagem, sem isso, não tem como a criança ser incluída no ambiente escolar.

Para conquistar a inclusão efetiva da criança com TEA na educação, não adianta apenas ter formação, materiais, AEE, PPP com propostas inclusivas se as pessoas da comunidade escolar não estiverem dispostas a desconstrução de ideologias capacitistas e da visão do modelo médico da deficiência, é preciso haver mudanças na mentalidade para iniciar o trabalho voltado para perspectiva inclusiva.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo geral realizar um estudo teórico sobre a inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista na educação infantil com base na literatura vigente, para tanto seguiu-se como objetivo específico: Apresentar o TEA, discutir a Educação Infantil como etapa para o processo de desenvolvimento da criança com TEA, identificar as leis que favorecem a educação inclusiva, listar práticas pedagógicas utilizadas pelos profissionais da educação na perspectiva inclusiva e as principais dificuldades relatadas pelos docentes e por último identificar o incentivo para participação docente em cursos de formação continuada.

Como metodologia escolheu-se o trabalho bibliográfico tendo como instrumento de pesquisa a Prática Baseada em Evidências (PBE), efetivada pela revisão integrativa da literatura, realizada através da combinação dos dados empíricos e teóricos e expressa por meio de um estudo descritivo. A Revisão integrativa foi realizada através da sistematização de etapas que iniciou com a identificação do tema e seleção da questão de pesquisa e finalizou com a apresentação dos resultados obtidos.

A partir dos artigos escolhidos, lidos e analisados para construção deste estudo, compreende-se que para fazer essa inclusão acontecer, há muitos fatores que estão implicados, e é um trabalho que necessita do envolvimento geral da comunidade escolar. É importante destacar que a maioria das escolas citadas na revisão de literatura delimitada no presente trabalho, referem-se às escolas públicas em diversos locais do Brasil (João Pessoa - PB, Recife - PE, Vitória - ES, Altamira - PA, Trindade - GO, Pelotas - RS). É também essencial frisar que se sabe que muitas das escolas públicas estão funcionando sem os materiais básicos para o ensino regular, muitas delas sem estrutura para funcionar o AEE, outras nem tem AEE. Logo compreende-se que muita coisa precisa mudar na estruturação da escola pública para que a educação inclusiva e de qualidade possa acontecer.

No entanto, evidencia-se que o processo de inclusão da PCD no Brasil é um movimento recente (últimos 40 anos), com embasamento legal e que precisa chegar em todos os ambientes escolares. Sabe-se que o compilado de leis que existe no país não conseguiu ainda efetivar as práticas inclusivas nas escolas, tendo em vista que não é apenas a criação de leis que desfaz o capacitismo estrutural, o país carregou anos de negação dos direitos às pessoas com deficiência e a negação do reconhecimento da pessoa com TEA como PCD.

Se faz necessário motivar a desconstrução de ideais capacitistas, modificar a mentalidade das pessoas e para tanto é preciso existir mais vozes propagando a prática

inclusiva, as lutas anticapacitistas, a luta pela efetivação de direitos da pessoa com TEA e a cobrança por profissionais que tenham a afetividade e empatia em seu trabalho pedagógico, práticas inerentes a efetivação da escola inclusiva.

Compreende-se que é dever da escola desenvolver esse ambiente favorável à aprendizagem de todos, independente de suas especificidades. Sabe-se que não existe fórmula pronta para aprendizagem da criança com TEA, mas é necessário que a criança seja entendida, que se construa um plano de desenvolvimento individual (PDI)/Plano Educacional Individual (PEI) da criança, no qual sistematiza o planejamento anual para desenvolvimento da criança, trabalhando suas dificuldades e suas necessidades específicas.

É necessário evidenciar as Necessidades Educacionais Específicas do aluno, assim o professor deve buscar práticas pedagógicas que contemplem o aluno com TEA no processo de ensino-aprendizagem favorecendo o seu desenvolvimento integral e formação de sujeitos emancipados. Para tanto, muitos estudos estão difundindo a prática do desenho universal para aprendizagem (DUA) como alternativa para ampliação das oportunidades de desenvolvimento de cada estudante, através de planejamentos contínuos que contemplam as diversidades de cada aluno nas salas de aula. O DUA está baseado na busca da eliminação de barreiras evidenciadas na sala de aula, que podem ser encontradas desde o material didático, como nas estratégias pedagógicas, na falta de ligação entre os conteúdos curriculares e o cotidiano dos estudantes e também nos instrumentos de avaliação.

Conclui-se que através de mudanças de mentalidade, conhecimento na área da inclusão, querer fazer com que a educação inclusiva aconteça, a busca de alternativas para eliminar ou mitigar as barreiras no processo de ensino-aprendizagem, aliado ao trabalho colaborativo nas escolas, o AEE que cumpre seu papel atuante na escola, PPP que não fica escondido no fundo da gaveta, uma gestão com olhar na educação inclusiva, tudo isso favorece a efetivação da inclusão da criança com TEA na Educação Infantil.

Este estudo tem o potencial de despertar reflexões e novas pesquisas sobre a inclusão de crianças com TEA na Educação Infantil, para que ocorra a propagação dos estudos sobre a inclusão e assim a efetivação e o compartilhamento de novos saberes entre os profissionais da educação. Ampliando assim as possibilidades de conquistar a inclusão dos alunos com TEA no ambiente escolar.

Identificou-se que existem lacunas que impossibilitaram a apresentação de resultados precisos no que tange às práticas pedagógicas efetivamente inclusivas e voltadas para crianças com TEA, reflexo dos restritos números de artigos voltados para inclusão de crianças com

autismo na Educação Infantil. É preciso mais estudos voltados para área, divulgando a luta antipacitista e desconstrução dos estereótipos do “ser perfeito”, além da necessidade em ter maior número de pessoas com TEA com oportunidades em exercer seu lugar de fala. Não houve a pretensão de encerrar o assunto abordado neste trabalho, pelo contrário, ficamos na esperança de despertar novos estudos relacionados à temática.

REFERÊNCIAS

- AGRIPINO-RAMOS, C.S.; LEMOS, E.L.de M.; SALOMÃO, N.M.R. **Vivências Escolares e Transtorno do Espectro Autista: o que Dizem as Crianças?** Rev. Bras. Ed. Esp., Bauru, v.25, n3, p.453-468, Jul.-Set., 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbee/a/7wrbFcq8MFgGgW77FbqMD5r/?format=pdf&lang=p>> Acesso em 20/04/2023.
- BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. de A.; MACEDO, M. **O Método da revisão integrativa nos estudos organizacionais.** Gestão e Sociedade · Belo Horizonte · Volume 5 · Número 11 · P. 121-136 Maio/Agosto 2011 · Issn 1980-5756. Disponível em: <https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/4226295/mod_resource/content/1/BOTELHO%20CUNHA%20O%20metodo%20da%20revisao%20integrativa%20nos%20estudos%20organizacionais.pdf> Acesso em: 18/03/2023.
- BRASIL, Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em 23 mar. 2023.
- CAMARGO, S.P.H.; SILVA, G.L. da; CRESPO, R.O.; OLIVEIRA, C.R. de; MAGALHÃES, S.L. **Desafios no processo de escolarização de crianças com autismo no contexto inclusivo: Diretrizes para formação continuada na perspectiva dos professores.** Educação em Revista, Belo Horizonte, v.36, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/edur/a/6vvZKMSMczy9w5fDqfN65hd/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 15/03/2023.
- CASARIN, S.T; et. al. **Tipos de revisão de literatura: considerações das editoras do *Journal of Nursing and Health*.** J. nurs. health. 2020; 10(n.esp.):e 20104031. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/enfermagem/article/view/19924/11996>> acesso em: 24/03/2023.
- FRANÇA, E. da S.; COSTA, K.R.M da. **A criança com Transtorno do Espectro Autista e seu primeiro contato de escolarização.** Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação. São Paulo, v.8.n.08. ago. 2022. ISSN-2675-3375. Disponível em: <<https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/6520/2507>> Acesso em: 28/03/2023.
- FRANCÊS, L.A.; MESQUITA, A.M.A. **As experiências nos espaços-tempo da escola sob o olhar de uma criança com Transtorno do Espectro do Autismo.** Revista Brasileira de Educação, v. 26, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/M7jYYq84pmgK4TsbSQDQ8Dr/?lang=pt>> Acesso em: 18/04/2023.
- LEONEL, A. dos S.; LEONEL, R. dos S.; COSTA, J.M. da; SALES, M.F.; SILVA, A.M.S. da; SILVA, R.D.M.M. da. **Um olhar sobre a prática do profissional de apoio à alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) da rede municipal de ensino em Altamira-Pará.** Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação. São Paulo, v.8, n.05, maio, 2022. Disponível em: <<https://www.periodicorease.pro.br/rease/article/view/5511/2065>> Acesso em:29/04/2023.
- MANUAL DIAGNÓSTICO E ESTATÍSTICO DE TRANSTORNOS MENTAIS [recurso eletrônico] : DSM-5/ [American Psychiatric Association ; tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento ... et al.] ; revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli ... [et al.]. – 5. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre : Artmed, 2014. p.50-59. Disponível em: <<http://www.institutopebioetica.com.br/documentos/manual-diagnostico-e-estatistico-de-transtornos-mentais-dsm-5.pdf>> Acesso: 27/03/2023.
- MARCHIORI, A.F.; FRANÇA, C.de A.A. **Práticas e articulações pedagógicas na educação infantil: contribuições ao processo de desenvolvimento de uma criança com autismo.** Revista Zero-a-seis, Florianópolis, v. 20, n. 38, p. 488-513, jul-dez 2018. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroseis/article/view/1980-4512.2018v20n38p488/37556>> Acesso em: 23/04/2023.

OLIVEIRA, D. dos S. F.; SILVA, A.D.P.R. da. **Autismo e a educação: Ciência ABA (Análise do comportamento aplicada) como proposta de intervenção na educação infantil.** Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação. São Paulo, v.7.n.10. out. 2021. Disponível em: <<https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/2517/1005>> Acesso em: 29/04/2023.

PAGANELLI, R. **Na educação inclusiva, a pessoa vem antes da deficiência.** Licenciada pelo Instituto Rodrigo Mendes e Diversa. Nov. 2018. Disponível em: <<https://diversa.org.br/artigos/na-educacao-inclusiva-a-pessoa-vem-antes-da-deficiencia/>> Acesso em: 19/04/2023.

PASCHOAL, J.D.; MACHADO, M.C.G. **A História da Educação Infantil no Brasil: Avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional.** Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v.9 n.33, p. 78-95, 2012 - ISSN: 1676-2584. DOI: 10.20396/rho.v9i33.8639555. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639555>> Acesso em: 27 fev. 2023.

REZENDE, E.F. de. **Olhares docentes: Um estudo sobre a inclusão das crianças com necessidades educacionais específicas no contexto escolar.** Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação. São Paulo, v.8, n.01, jan. 2022. Disponível em: <<https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/3768/1461>> Acesso em: 29/04/2023.

SANTOS, D.L. dos; CORREIA, G.S.P; PEREIRA, M.E.B.; FREITAS, M.F.A. de; COUTINHO, D.J.G. **A importância do Atendimento Educacional Especializado no desenvolvimento pedagógico de crianças com Transtorno do Espectro do Autismo-TEA.** Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação. São Paulo, v.7.n.10. out. 2021. Disponível em: <<https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/2681/1071>> Acesso em: 01/05/2023.

SANTOS, A.G.A. dos. MACEDO, C.E.G de, AGRA, C.A., PEREIRA, E.R.G., AGRA, E.A. **O Projeto Político Pedagógico (PPP) e o processo de inclusão na Educação Infantil: uma revisão integrativa.** Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação. São Paulo, v.8.n.08. ago. 2022. Disponível em: <<https://periodicoreasepro.br/rease/article/view/6693/2585>> Acesso em: 01/05/2023.

SILVA, J.A.M.; LEITE, D.S. **A Inclusão de crianças com autismo na educação infantil.** RECIMA21- Revista Científica Multidisciplinar, v.3, n. 10, 2022. Disponível em: <<https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/2003/1537>> Acesso em: 20/03/2023

SOUZA, M.T; SILVA, M.D; CARVALHO, R. **Revisão integrativa: o que é e como fazer.** Einstein. 2010; 8 (1 Pt 1) : 102-6. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/eins/a/ZQTBkVJZqcWrTT34cXLjtBx/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 20/03/2023.

SUASSUNA, J. de S.S. **Inclusão escolar de alunos com autismo na Educação Infantil.** Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação. São Paulo, v.7, n.7, jul. 2021. Disponível em: <<https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/1831/757>> Acesso em: 18/04/2023

UBUGATA, R.P. **TEA na Educação Infantil: Inclusão e afetividade na prática docente.** Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação. São Paulo, v.8, n.06, jun. 2022. Disponível em: <<https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/5965/2289>> Acesso em: 20/04/2023.